



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

LIMA, PERU, 21 DE JULHO DE 1999

Para um ex-parlamentar como eu, senador por 12 anos consecutivos, é sempre uma honra visitar, em um país irmão do Brasil, a instituição que não apenas é a melhor expressão da democracia representativa, mas também aquela que encarna, em suas autênticas tradições, a confiança no diálogo, na palavra, como o instrumento por excelência da política.

Como Presidente de meu país, compareço ao Congresso peruano para homenageá-lo, para felicitá-lo por suas conquistas, para partilhar seus anseios.

Mas venho, sobretudo, reafirmar a esta Casa, que sempre foi protagonista da história de aproximação entre nossos povos, o desejo do Governo e da Nação brasileira de estreitar cada vez mais os laços de amizade e cooperação que nos unem ao Peru desde o nascimento de nossos Estados.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Peru, em 1826, nos primeiros anos de nossa vida independente, deu início a um convívio fraterno, estimulado pela aspiração comum de uma América Latina próspera e unida, forte e ativa na promoção da paz e do desenvolvimento.

A força dessa ligação começa na diversidade e na riqueza de nossas geografias. Compartilhamos uma enorme fronteira, que merece ser in-

tegrada e dinamizada para fazer prosperar o intercâmbio econômico e cultural entre nossos povos.

A Amazônia, que nos manteve fisicamente separados por séculos, transformou-se na verdade em fator de união. Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, o Brasil e o Peru estão conscientes dos esforços necessários para promover, de forma racional e soberana, a cooperação e o desenvolvimento sustentável da região. A Amazônia é fonte incomparável de recursos, e sabemos que do equilíbrio ecológico depende necessariamente o aproveitamento harmonioso e sustentado de suas riquezas. O progresso das relações entre o Brasil e o Peru não pode deixar de ser o progresso das populações amazônicas dos nossos dois países.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, Brasil e Peru coincidem no reconhecimento da importância da integração regional. Tenho lembrado sempre que a integração transformou-se em paradigma de nossos tempos. Estou convencido de que o ideal político da integração continental, que inspirou Bolívar e San Martín, será alcançado a partir dos processos sub-regionais.

Entre os melhores e mais sólidos exemplos estão o Mercosul – que gerou um enorme desenvolvimento do comércio e dos investimentos entre seus membros – e a Comunidade Andina – responsável pelas mais significativas oportunidades de expansão do intercâmbio entre seus integrantes. Através desses agrupamentos, aumentamos o grau de confiança recíproca e consolidamos uma base comum de prosperidade.

Claramente chegou a hora de aproximarmos nossos países ainda mais concretamente em uma nova rede de acordos de integração que progressivamente há de estruturar as bases de um comércio verdadeiramente desimpedido em toda nossa região. Marco fundamental nesse processo é a conclusão do acordo renovado de preferências tarifárias entre o Brasil e a Comunidade Andina, a entrar em vigor no próximo dia 16 de agosto, que criará novos fluxos de comércio em um mercado de mais de 250 milhões de pessoas.

No final do mês passado, os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe e da União Européia estiveram presentes, na

cidade do Rio de Janeiro, em memorável encontro que inaugurou uma nova etapa no relacionamento com o continente europeu.

Esse êxito só foi possível graças aos alicerces estabelecidos pela integração em ambas as regiões. A integração veio para ficar. Com essa convicção, reafirmo o propósito do Brasil de estabelecer, no futuro próximo, uma zona de livre-comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina.

A convergência desses processos aponta o caminho de uma América do Sul unida, próspera e democrática, crescentemente integrada, não somente pelo intercâmbio comercial, mas também pela infra-estrutura física e pelo aprofundamento dos vínculos culturais entre nossos povos. Quero afirmar-lhes com toda convicção: a construção de um espaço integrado de liberdade e prosperidade na América do Sul é, para o Brasil, uma prioridade.

Por sua localização geográfica e por sua motivação política, o Brasil e o Peru hão de ser elos essenciais na formação de uma América do Sul coesa, capaz de articular os seus interesses e de expressar-se com voz própria no cenário internacional.

Também na Cimeira do Rio de Janeiro chamei atenção para a urgência de que a globalização seja solidária, de que beneficie a todos, ricos e pobres, grandes e pequenos. Nosso interesse comum está em que essa evolução global não se converta em processo desordenado, assimétrico e excludente. O mercado deve remunerar o trabalho, a inovação tecnológica e o espírito empreendedor, não a especulação. A ação conjunta dos agentes econômicos deve assegurar a previsibilidade e a estabilidade das finanças mundiais.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, o Peru é um país profundamente original. Não há exagero no sentimento de eternidade que descrevem os viajantes que passam por aqui. No passado, formou-se nesta parte dos Andes um grande império, cujas marcas permanecem ainda no tempo presente. Na notável obra de Ricardo Palma podemos encontrar a crônica da interação entre o tradicional e o novo, que constitui a profunda riqueza histórica e cultural do povo peruano.

O Brasil, assim como o Peru, é fruto da contribuição e da convergência de diferentes civilizações. Isso nos propicia uma perspectiva

rica e singular, cujo significado se torna ainda mais evidente, por contraste, neste período da história em que rivalidades étnicas voltam ao primeiro plano. Os nossos são países coesos na medida em que aprenderam que a convivência só é possível com base no respeito à diversidade.

Hoje, a democracia, mais que um conjunto de fórmulas de representação política, é um valor ético insubstituível. Ademais de valer-se dos requisitos básicos das eleições livres, do pluralismo e do respeito à norma jurídica, a convivência democrática se faz no dia-a-dia através de um entrelaçamento de interesses que parte da própria sociedade. Já não se pode conceber a sociedade moderna sem vê-la como uma complexa rede de grupos de interesse, associações, organizações não-governamentais cada vez mais articuladas e mais capazes de exercer uma representatividade específica.

Os governos têm, portanto, nos dias de hoje, a função de liderar democraticamente o processo político, de maneira a abrir espaço à participação e à busca de uma síntese da expressão dos interesses setoriais em um todo harmônico. Nesse esforço, é fundamental o diálogo com o Parlamento.

Uma sociedade efetivamente moderna tem de ser uma sociedade efetivamente democrática. Sem a democracia, sem esse intercâmbio permanente entre a liderança política e as redes de cidadania, a máquina da sociedade não funciona e não pode haver progresso. Os países latino-americanos já há muito tempo fizeram uma opção clara pela ordem democrática como a única admissível em nosso relacionamento. Essa é a norma entre os membros da OEA, do Grupo do Rio e de organizações sub-regionais como o Mercosul. Temos aqui um consenso regional e um fator de estabilidade institucional.

Também nesse campo a América Latina se destaca pela sua liderança e pelo seu pioneirismo. A democracia é ímã da paz, e a América Latina é, no mundo inteiro, a mais desarmada dentre todas as regiões, a que apresenta os menores gastos militares como proporção da riqueza gerada por suas economias, a primeira do mundo a proclamar-se livre das armas nucleares. E a paz, em nossa região, não é apenas a ausência

de guerras, mas a aproximação consciente entre os povos e a ativa multiplicação de nossos laços de cooperação.

Há pouco tempo, toda a América, e muito especialmente o Peru e o Equador, comemorou a entrada em vigor dos Acordos de Paz entre os dois países amigos e irmãos. Trata-se da culminação de um trabalho diplomático de mais de 50 anos. O tempo transcorrido nos dá um idéia clara da importância histórica e da coragem da decisão dos Presidentes Alberto Fujimori e Jamil Mahuad. Ambos souberam aliar aos seus grandes méritos de negociadores a inspiração do patriotismo e a habilidade de identificar a oportunidade correta e propor o acerto justo.

Não menos decisivo para essa vitória do diálogo e da paz em nosso continente foi o sentido de responsabilidade demonstrado por esta Casa, assim como pelo Congresso equatoriano, ao ratificar os termos de um entendimento que inaugura um futuro promissor para os dois países e confirma, de maneira definitiva, a vocação de paz e cooperação, que é a marca da nossa região.

Foi com esse sentimento histórico que me dediquei pessoalmente a trabalhar em conjunto com meus amigos Chefes de Estado do Peru e do Equador e com nossos colegas dos demais Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro na criação de oportunidades de diálogo e no aproveitamento dos progressos alcançados ao longo do processo de negociações.

É grande a minha alegria, a alegria da Nação brasileira ao testemunhar o triunfo da paz. Felicito, em nome de todos os brasileiros, os povos e as lideranças do Peru e do Equador, que tiveram a grandeza de aceitar os desafios da paz e de substituir a estática da confrontação pela dinâmica da cooperação. Ontem o medo da guerra, hoje o marco da concórdia, amanhã os frutos do progresso. As energias humanas liberadas com o fim das tensões que as consumiam agora se dirigem às tarefas positivas da construção do futuro. A cooperação gera o progresso. Novas atividades criativas se desenvolvem. A comunidade internacional tem sabido corresponder com o seu apoio à nobre decisão tomada em favor da paz. Todas as nações, todos os povos alegram-se com a escolha feita por peruanos e equatorianos, a escolha da verdadeira modernidade, marcada pelo enten-

dimento, pela convivência democrática, pela conjugação de esforços, pela superação da pobreza.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, a América Latina tem sabido responder aos desafios de nosso tempo também no plano econômico, nos esforços de alcançar um padrão de desenvolvimento mais equitativo, mais justo.

O Brasil tem enfrentado as pesadas consequências da crise financeira internacional que recentemente afetou, de leste a oeste, o conjunto das chamadas economias emergentes. Não esmorecemos e não perdemos a confiança em nosso futuro. Ao contrário, a crise financeira deixou clara a nossa capacidade de resistir e de reagir, de adaptarmo-nos para fazer frente aos desafios que a história nos coloca.

Graças à credibilidade e à coerência de nossa política econômica, mas sobretudo graças ao trabalho e à abnegação do povo brasileiro, já se estabilizou a relação cambial, já cedeu o repique inflacionário, já vão caindo as taxas de juros, já se retomam os investimentos produtivos, já se recupera a economia. Todas as previsões feitas nos últimos meses a respeito do desempenho da economia brasileira foram superadas pela firme reação coletiva do nosso povo, em uma demonstração de coesão e sabedoria que vem propiciando a recuperação da nossa saúde econômica.

O Brasil voltará a crescer, com uma economia revigorada e sempre mais competitiva. E terá atravessado a crise e os desequilíbrios financeiros por ela trazidos sem recorrer a mecanismos protecionistas, mantendo a sua economia aberta. Nada de paternalismos, nada de ilusões ou soluções mágicas.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, não é preciso ressaltar a importância que o Brasil atribui ao seu relacionamento com o Peru, país vizinho e um de nossos amigos mais tradicionais. Estou seguro da contribuição que nossos países poderão oferecer em conjunto para a conformação de um sistema internacional dinâmico e democrático, em que as oportunidades de desenvolvimento se conjuguem com os princípios éticos da equidade e da justiça.

Devemos agir e crescer na proporção de nossos desafios. O processo de mudanças aceleradas que vivemos requer de nós respostas rápidas e

decisões acertadas. Não esqueçamos que a ação política é o instrumento à disposição do homem para construir uma sociedade mais justa, mais pacífica e mais solidária, em que o respeito ao homem e à natureza na qual ele se integra seja, de fato, como na clássica concepção dos antigos, a real medida de todas as coisas.

Muito obrigado.